

TENSÕES PÓS-COLONIAIS ENTRE IMIGRANTES PORTUGUESES EM SÃO PAULO

Douglas Mansur da Silva¹

RESUMO: O texto analisa tensões pós-coloniais entre portugueses em São Paulo a partir das disputas entre lideranças associativas que buscam legitimidade junto aos imigrantes e ao governo português, colocando-se, diferencialmente, como intermediários culturais na promoção da imagem e da presença portuguesa no Brasil. A despeito de o estado-nação português pós-colonial ter promovido políticas que visam estabelecer laços junto aos "portugueses espalhados pelo mundo" – políticas que se intensificaram no espaço Brasil-Portugal, em decorrência de investimentos financeiros – o governo do Partido Socialista de finais da década de 1990 vinha conclamando a "comunidade" portuguesa do Brasil, particularmente as lideranças associativas, a atuarem na promoção da imagem de um Portugal moderno e europeu, e no esforço de atraírem os imigrantes a estabelecerem vínculos com seu país de origem (ou de linhagem, para os luso-descendentes), tornando-os cidadãos e eventuais consumidores. Discute-se, portanto, se a temática da "invisibilidade", apontada por lideranças e governo como entrave para uma maior inserção de tais políticas na "comunidade" não seria também um dilema de legitimidade. O texto ainda aborda as diferentes iniciativas de tais lideranças imigrantes e do governo e como, significativamente, dizem respeito ao modo como pensam a presença portuguesa no Brasil: como aventura ou exploração; como tradição; como afirmação da diferença e das contingências enfrentadas no processo migratório e no cotidiano da sociedade brasileira. Tais iniciativas, que traduzem modos diferentes de imaginar a identidade nacional portuguesa, encontram sua manifestação numa arena política privilegiada: a produção de memórias.

UNITERMOS: migração, portugueses, pós-colonialismo, estado-nação, poder, memória

¹ Mestre em antropologia social pela Unicamp, Doutorando em Antropologia Social, PPGAS/MN/UFRJ, pesquisador do CEMI/UNICAMP. Professor da Fundação Oswaldo Aranha e substituto no Departamento de Antropologia Cultural do IFCS/UFRJ.

POLÍTICAS IMIGRATÓRIAS COMO OBJETO DE CRENÇA

O estado-nação português pós-colonial tem procurado, desde pelo menos a década de 1980 – e acentuadamente entre 1996 e 2001, durante o governo do Partido Socialista (PS) –, criar laços junto às populações emigradas, através de um conjunto de políticas e da criação de espaços para encaminhamento de demandas. Além do mais, tem concedido o direito à dupla cidadania aos luso-descendentes e vem atribuindo aos chamados “portugueses espalhados pelo mundo”² o papel de “intermediários culturais” na promoção da intensificação de trocas de capitais entre Brasil e Portugal, e no fomento de uma visibilidade pública de uma “nova imagem de Portugal” no Brasil, onde se representa um Portugal moderno e europeu (Feldman-Bianco, 2001).

Durante o processo de descolonização, decorrido após o fim da ditadura salazarista em 1974, os sucessivos governos procuraram rever a inserção de Portugal em novos espaços supranacionais, tendo-se optado pela entrada de Portugal na União Européia (U.E.), em 1986, e pela constituição, em 1996, da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Nesses dois espaços, o estado-nação português tem procurado reelaborar o seu papel de intermediário entre a Europa e a África – e sua centralidade em relação ao novo espaço lusófono (Feldman-Bianco, 1992).

Por fim, o espaço das relações entre Brasil e Portugal tem se intensificado novamente, com a entrada de novos capitais e investimentos portugueses no Brasil, em decorrência do processo de privatização levado a cabo durante o governo de Fernando Henrique Cardoso. Como corolário, o Estado português tem procurado estreitar as relações com a “comunidade” portuguesa no Brasil, atribuindo-lhe a responsabilidade – ou compromisso

² Ao se imaginar não mais em termo de território imperial-colonial, mas de população, o estado-nação tem procurado incorporar os contingentes migratórios, como parte de uma estratégia que visa manter os vínculos com essas populações ou, em outros termos, como “um modo de continuar a mantê-los portugueses”. A expressão “portugueses espalhados pelo mundo” vem em substituição, na própria legislação, à palavra “imigrante”.

– em trabalhar por uma mais intensa reaproximação dos dois países. O discurso que procura justificar a necessidade de vínculos entre esses dois países não é muito distinto daquele apregoado por Gilberto Freyre, em suas teses sobre o lusotropicalismo. A associação entre afetividade (os laços de irmandade e a semelhança entre Brasil e Portugal) e migração de novos capitais encontra-se outra vez presente, no contexto de novas inversões que fazem de Portugal um dos principais investidores no Brasil.

No dia 27 de abril de 1997 realizou-se o primeiro ato que viria a compor a figuração de poder que aqui se analisa: as primeiras eleições para a constituição do Conselho das Comunidades Portuguesas. Câmara de caráter consultivo, composta por cem Conselheiros (25 do Brasil e os demais de diversos países onde há número expressivo de imigrantes portugueses), essas eleições revestiam-se de um dado significativo: tratava-se da primeira possibilidade de se exercer, na emigração, o direito do voto. As chapas que se constituíram acabaram por repor clivagens internas à “colônia” portuguesa em São Paulo, relacionadas ao passado salazarista. De um lado, antigos exilados do regime e, de outro, membros de associações cujo passado esteve, de algum modo, vinculado ao apoio ao regime ditatorial. As eleições foram marcadas por acusações recíprocas de “salazaristas” e “antidemocráticos”. Entretanto, um desafio comum a ambas as lideranças emergiu desse processo: solucionar o chamado dilema da “invisibilidade”, expresso na falta presença às urnas, em torno de 121 mil votantes em um universo de quase 3 milhões de eleitores aptos ao voto.

Encontrar um modo de despertar nos “portugueses espalhados pelo mundo” o interesse não apenas pela uma afirmação identitária como “português”, mas o próprio interesse em participar do conjunto de políticas então propostas pelo governo português, representava um desafio tanto para o governo (que para tal conclamava, em seguidos atos públicos, os “intermediários culturais”), quanto para essas lideranças. A aparente “apatia” do imigrante diante de direitos que a ele estavam sendo outorgados encontrava-se expresso no que se chamou, no decorrer do ato, de dilema da “invisi-

bilidade”. Em outros termos, o que temos nos deparado é com uma espécie de “dilema de legitimidade”.

A crença na legitimidade de algo como, por exemplo, um conjunto de políticas imigratórias é, de acordo com Weber (1964), elemento central para que se constitua uma relação de dominação. Ao definir a dominação como a probabilidade de ser obedecido, esse autor via na legitimidade uma pretensão à obediência, não uma certeza. A ação de obedecer, por sua vez, pressupõe interesse³.

Outras condutas, que não a máxima do Estado, apontam-nos para a diferenciação estabelecida por Weber entre legal (legalidade do Estado) e legítimo (onde a premissa é o reconhecimento social) e chamam a atenção para o fato de os indivíduos estarem orientados por mais de um conjunto de normas, que não apenas aquelas dos direitos, por exemplo.

Como desdobramento dessa pesquisa, realizada em conjunto⁴, os pesquisadores Eduardo Caetano da Silva e Célia Harumi Seki passaram a se direcionar ao universo de imigrantes qualificados como “invisíveis” e, através de pesquisas qualitativas e quantitativas, puderam observar que os imigrantes portugueses em São Paulo não apenas se afirmavam como portugueses – ao contrário da alegação das “lideranças” que afirmavam que os imigrantes no Brasil tinham “vergonha” de se afirmar publicamente – como participavam de outros espaços da “lusitanidade”, não apenas associativos, mas de rádios, grupos folclóricos e sociedade beneficentes, entre outros (Caetano da Silva, 2002). De fato, o dilema da “invisibilidade” se expressava

³ Necessário dizer que tais interesses não se restringem ao material ou a uma suposta racionalidade econômica.

⁴ Refiro-me ao projeto “Imigrantes portugueses, imigrantes brasileiros: globalização, antigos imaginários e reconstruções de identidades – uma comparação triangular”, coordenado por Bela Feldman-Bianco e integrado à linha Nação e Diáspora do Centro de Estudos de Migrações Internacionais – CEMI/UNICAMP. O projeto pretende comparar as antigas e contínuas migrações de portugueses ao Brasil e Estados Unidos com a recente migração de brasileiros a Portugal. No eixo do projeto relativo às migrações de portugueses ao Brasil, participei em trabalho de campo juntamente com Eduardo Caetano da Silva e Célia Harumi Seki, entre outros. Como desdobramento, direcionei meus interesses de pesquisa para a temática do exílio antissalazarista no Brasil, ao passo que Eduardo Caetano da Silva e Célia Harumi Seki voltaram-se para questões associativas entre imigrantes portugueses de São Paulo e à temática da “invisibilidade”.

como problema nos espaços reservados aos imigrantes pelo governo e pelas lideranças que se apresentavam como “intermediários culturais”.

Interessado em atrair o maior contingente possível de imigrantes, o então governo do PS passou a disponibilizar verbas, a partir de 1999, para atividades que promovessem a participação desses imigrantes nas atividades de estreitamento das relações econômicas, culturais e políticas entre Brasil e Portugal. Mais especificamente, o governo português, que passaria a investir fortemente no mercado brasileiro, neste momento, via no numeroso contingente de imigrantes neste país, empresários ou consumidores em geral, a possibilidade de atrair fiéis “aliados”, “clientes” e “consumidores”, além da dinamização das redes de remessas de dinheiro da imigração para Portugal.

Ao disponibilizar tais recursos o Estado português visou, ainda, a objetivação de uma cultura portuguesa moderna e européia, como parte da estratégia de atração de investimentos no espaço bilateral Brasil-Portugal. Entretanto, tem encontrado respostas diferentes, tanto da parte daquelas lideranças designadas como “intermediários culturais”, quanto dos demais imigrantes.

FIGURAÇÃO DA REDE DE RELAÇÕES E CONDUTAS

Ao descrever a rede de relações entre imigrantes portugueses em São Paulo, cabe-nos ter como pano de fundo uma disputa, constantemente em aberto, em torno do estabelecimento sobre quem tem força para impor as representações do mundo social ou, em outros termos, em torno da aquisição do monopólio da violência simbólica legítima (Weber, *op. cit.*). Revestir de crença e legitimidade suas ações é o que tem sido aspirado não apenas por representantes do governo português, mas por aqueles imigrantes que se apresentam como lideranças ou “intermediários culturais”. No caso de São Paulo, as lideranças têm se diferenciado em torno de duas questões substantivas: 1) a relação que travaram no passado com o regime salazarista, seja de apoio ou de oposição; 2) a afirmação do regionalismo ou de uma visão “nacional” do “ser português”.

Imigrantes que vieram para o Brasil fazer fortuna, trabalhadores de origem rural ou urbana e antigos exilados do salazarismo, constituem apenas algumas das experiências que decorrem da ancestral imigração portuguesa para este país (e da ambivalente *presença* do português como colonizador e imigrante). Entrecruzam-se, ainda, múltiplas referências de tempo e espaço (regionais, nacionais, transnacionais), que se relacionam a experiências migratórias, trajetórias de vida e localizações sociais específicas, sendo acionadas por esses imigrantes para comporem as mediações simbólicas pelas quais tempo e espaço participam da figuração do social.

Talvez por esses motivos a produção de memórias tem se tornado uma das arenas privilegiadas das disputas por poder e legitimidade como “intermediário cultural” entre Brasil e Portugal. De fato, a construção de memórias traz no seu bojo não apenas respostas diferenciais às “políticas de objetivação da cultura portuguesa”, mas referenciais à produção de identidades, traduzindo modos distintos de imaginar o pertencimento à nação. A promoção de eventos, festejos, celebração de datas e edificação de monumentos têm trazido à tona os dilemas de se imaginar a *presença* portuguesa no Brasil.

A partir da disponibilização de recursos oficiais e de cargos (de confiança ou eletivos) para a promoção de uma imagem do “Portugal moderno e europeu” (em contraposição aos estereótipos de “atraso” e “ignorância”, em geral acionados por brasileiros), uma série de eventos, celebrações e a constituição de marcos simbólicos na paisagem paulistana têm disputado e fomentado, de maneira diferencial, a renovação da imagem de Portugal no Brasil.

A aposta no estado pós-colonial e na promoção da imagem de uma nação europeia, moderna e empreendedora tem ficado a cargo de instituições governamentais que, em São Paulo, encontram-se instaladas no “complexo” da Casa de Portugal. O consulado português desta cidade, o Instituto Camões (responsável pela área cultural) e o ICEP – Investimentos, Comércio e Turismo de Portugal.

A Casa de Portugal é o segundo elo aqui descrito de uma rede de relações de poder entre os imigrantes portugueses em São Paulo. Composta

por antigas lideranças, cujo passado está associado, de alguma maneira, ao salazarismo, este segmento da imigração que tem sido alcunhado de “comendadores” (no passado, um símbolo de honraria, no presente, uma categoria acusatória), concentra-se em algumas associações, como a Casa de Portugal de São Paulo, a direção da Federação das Associações Luso-Brasileiras, a Academia Lusíada de Letras e Artes, as diversas sedes regionais do Real Gabinete Português de Leitura, o Conselho das Comunidades Luso-Brasileiras e a Câmara de Comércio.

Embora sob várias siglas, essas associações são controladas por um número muito restrito de imigrantes, onde o acúmulo de cargos não é algo incomum. Em vista das atuais políticas culturais e de investimento portuguesas, tais lideranças têm se empenhado na promoção de eventos os mais variados, cujo cronograma intercala atividades culturais, rodadas de negócios e celebrações públicas e religiosas, com destaque para a construção ou restauro de monumentos e bens simbólicos na paisagem paulistana. Em várias dessas ocasiões, a figura de Camões é retomada, agora como símbolo de um Portugal da nova era, europeu, empreendedor, desterritorializado. Simboliza, ainda, o “caráter épico e desbravador dos portugueses”, tanto por (uma leitura de) sua obra, quanto por sua vida além-mar. Enaltecem a figura do imigrante, como modelos de “heróicos empreendedores” na “aventura” ou “destino migratório” do país, o que conota uma associação direta com as imagens do salazarismo acerca do “império”, das “colônias” e dos “imigrantes”. Nas manifestações públicas, consideram a recente demanda portuguesa por mercados para além das fronteiras nacionais como o revigoreamento de “um grande feito histórico”, significando, para Portugal, um “novo ciclo de expansão internacional”.

Ocorre, no entanto, de São Paulo ter sido, num passado algo recente, um dos principais centros de contestação ao salazarismo e, por conseguinte, ao colonialismo português, congregando alguns dos mais importantes núcleos de oposição a esse regime. O Centro Cultural 25 de Abril (CC25A) constitui um terceiro elo da rede de relações que estamos a detalhar. Fundada em 1982,

esta associação congrega os antigos exilados e membros da oposição ao salazarismo, que atuaram, em São Paulo, através do jornal *Portugal Democrático* (principal órgão da oposição no exílio, publicado entre 1956 e 1975) e do *Centro Republicano Português* (1908-1944 e reaberto entre 1958 e 1974).

Um quarto elo completa a rede de relações entre os imigrantes portugueses de São Paulo aqui detalhada. Trata-se das casas de apelo regional, dentre as quais a de maior destaque é a Casa dos Açores. Fundada em 1974, logo após a Revolução, com o intuito de “reviver a tradição”, a associação tem voltado suas atividades culturais para a promoção da açorianidade, através de festejos religiosos (o calendário da Casa dos Açores segue datas religiosas católicas, como dia de pentecostes e páscoa) e juninos, procurando celebrar a “tradição”, a “autenticidade” e o regionalismo (Santos, 1998).

Os atos que se seguiriam, como desdobramento dos investimentos anunciados pelo governo português no início de 1999, tornariam-se situações liminares para a observação dos comportamentos dos indivíduos e instituições em questão.

No dia 22 de abril de 1999, junto à estátua de Pedro Álvares Cabral, no Parque do Ibirapuera, celebrava-se o aniversário do “descobrimento do Brasil”, além do “Dia da Comunidade Luso-brasileira”. Ao lado de políticos locais, lideranças migrantes, governamentais e empresariais lusas (a maioria ligados à Casa de Portugal), assistiram ao discurso do cônsul português de São Paulo, do qual destacamos o trecho:

“Eu penso que esta data que hoje é importante, para o ano é mais importante ainda porque estamos a comemorar 500 anos e penso que temos a sorte de estarmos a comemorar esta data numa altura em que a relação entre os dois países, Portugal e Brasil, nunca foram tão estreitas, desde a independência do Brasil, penso. Temos relações políticas excelentes hoje, como pudemos ver pela recente visita do Presidente Fernando Henrique a Portugal, pela forma como as coisas ocorreram e que, além disso, uma presença econômica no Brasil das nossas empresas, que é cada vez mais forte. Os investimentos aqui, nós estamos neste momento em quarto lugar (...). Penso que, o fato

de hoje em dia termos ultrapassado a fase em que havia apenas os símbolos e laços afetivos entre os dois povos, para termos também uma entrada e uma participação muito forte na área política e econômica. Para tal, é de fundamental importância a atuação e o empenho da “comunidade portuguesa” no Brasil. Creio que com tudo isto estão criadas as condições para que as comemorações dos 500 anos dentro de um ano sejam um marco que vá ser lembrado durante muitos anos aqui.”

No dia 10 de julho desse mesmo ano, data que marca a celebração do Dia de Camões e das Comunidades Portuguesas, junto à estátua de Camões no centro de São Paulo (em frente à biblioteca municipal Mário de Andrade), Francisco Knopfli, atual embaixador português no Brasil, voltou a reforçar esses argumentos, destacando ainda mais a importância das populações migrantes para o reforço desses vínculos “culturais, afetivos, políticos e econômicos”.

Já a data do 25 de Abril, aniversário da Revolução dos Cravos, tem sido celebrada anualmente, pelo núcleo de imigrantes reunidos em torno do CC25A, desde 1975, antes mesmo da fundação da associação. A celebração do “Dia da Comunidade Luso-Brasileira” provocou reações críticas do CC25A, não apenas por discordarem da retomada do calendário salazarista, mas pela associação entre “comunidade” e figuras de “empreendedores e heróis descobridores”. O CC25A tem preferido ressaltar o “caráter” forçado dos fluxos migratórios, seja por motivos políticos ou econômicos. Têm optado, ainda, por um discurso que visa ressaltar as difíceis condições de vida da maioria dos portugueses no Brasil. Discordam, portanto, do modo tido pelo núcleo por “ufanista” representado nas manifestações dos chamados “comendadores”. Mais irritados, ainda, ficaram ao saber que à programação do 22 de abril seguiriam-se apresentações com artistas cujos nomes e canções estavam ligados aos acontecimentos da Revolução e, no mesmo dia e horário da celebração do 25 de Abril pelo CC25A haveria uma “Missa do Descobrimento”, com cobertura pela TV (SBT), celebrada pelo Padre Marcelo Rossi, tendo como outros atrativos a vinda de uma imagem de Nossa Senhora de Fátima e de um padre português cuja ascendência familiar remontava a Pedro Álvares Cabral.

Em decorrência desses acontecimentos, o CC25A publicou artigos manifestando suas opiniões na imprensa migrante. A principal iniciativa do núcleo consistiu na proposta de criação de uma data: o “Dia da Diáspora”. A expressão “diáspora” viria a reforçar o caráter forçado dos fluxos migratórios e uma postura “não laudatória” da condição migrante, entre outras acusações direcionadas aos comendadores, como a de que “usavam das celebrações de datas para se enaltecerem e se apoiarem em cargos de interesse pessoal”. A data escolhida foi o dia 5 de outubro, dia que marca o início da Revolução Republicana de 1910, de forte apelo simbólico, tendo sido comemorada durante todo o período do exílio, retomada como celebração após 25 anos.

De fato, o CC25A estava reivindicando uma participação de seus membros como “intermediários culturais” nas então recentes políticas de governo para a migração. Uma dessas disputas por cargos se deu por ocasião da Bienal do Livro de São Paulo em 1999, cujo temática central naquele ano foi a “literatura portuguesa”. A Academia Lusíada de Letras e Artes, com sede na Casa de Portugal, teve membros de seu quadro escolhidos para a promoção das atividades de divulgação cultural do evento, por parte do governo português, sendo seu presidente (R.L) o indicado para os contatos públicos. A reação pública do CC25A foi imediata. Além de se dirigir à imprensa migrante, fez circular uma “carta aberta” nos corredores da Bienal, denunciando a presença de “antigos agentes da PIDE”, a polícia política do regime salazarista, entre os quadros representativos das atividades a cargo do governo português. A indicação de R.L provocou a indignação emotiva de vários dos antigos exilados que compõem o CC25A, que o apontaram como responsável por uma série de prisões realizadas pelo DOPS em 1961, onde o próprio R.L, de acordo com depoimentos e artigos acusatórios publicados ao longo de 1999, identificava e apontava pessoalmente os integrantes da “oposição” ao regime, nos porões do DOPS.

Outro desdobramento desse ato consistiu na reinauguração da sede do CC25A e na elaboração de uma programação “cultural e artística”. Alegavam que a eles cabia este papel de promotor cultural, uma vez que durante o todo o

período da ditadura salazarista foi no exílio, e através dos anti-salazaristas (muitos deles participantes diretos do jornal “Portugal Democrático”) que se produziu uma literatura e manifestações artísticas vinculadas à modernidade e sem comprometimento político ou estético com o antigo regime.

Entre abril e julho de 2000, integrantes da Casa de Portugal reinauguraram os monumentos a Pedro Álvares Cabral e Camões, por ocasião da celebração dos “500 anos de descobrimento do Brasil”. O CC25A se opôs às comemorações do “descobrimento”. Em 2001, durante as celebrações anuais do 25 de Abril, inauguraram o “Monumento ao 25 de Abril – Revolução dos Cravos”, erguido no “Largo Mestre de Aviz”, local que já congregava estátuas de Fernando Pessoa e do Infante Dom Henrique.

Através de festejos juninos, ranchos folclóricos e da celebração do “Divino Espírito Santo”, a Casa dos Açores, localizada na Vila Carrão, bairro de forte presença demográfica de trabalhadores portugueses, tem sido a associação que maior número de imigrantes tem atraído para seus eventos. A festa, as missas, as comidas “típicas” e os grupos folclóricos, em associação com programas de rádios obtêm inigualável sucesso de público, em comparação com as outras atividades promovidas pela Casa de Portugal e pelo CC25A.

INTERDEPENDÊNCIAS: NORMAS E INTERESSES EM JOGO

A aspiração de legitimidade como “intermediário cultural” junto ao governo português tem sido marcada pelas celebrações e rituais acima descritos e por outras iniciativas que têm visado atrair os demais imigrantes portugueses. Além dos elementos ideológicos, essas associações, em conjunto com empresários portugueses e o governo, têm dinamizado iniciativas como a concessão de créditos, facilidades de abertura de contas correntes (na Caixa Geral de Depósitos; no Brasil, Banco Bandeirante), encaminhamentos e divulgação de pedidos de dupla cidadania, disposição a um investimento pessoal e econômico em promover atividades culturais, inaugurar monumentos, patrocinar a imprensa imigrante, entre outros.

Por seu turno, os representantes do Estado português têm de saber dividir suas atenções a essas múltiplas manifestações. Acusado de apenas ir aos festejos e celebrações da Casa de Portugal, o Cônsul português de São Paulo passou a discursar nas comemorações do 25 de Abril e freqüentar os ranchos folclóricos e festas regionalistas. O Instituto Nacional do Folclore tem promovido cursos, desde 1974, com o intuito de “orientar, treinar e formar” pessoal qualificado em representar danças e cantos ‘tradicionais’ regionais e portugueses de modo “autêntico” (Klimt, 2000). O critério de “autenticidade” é um elemento de disputa entre os diferentes ranchos folclóricos e é através desses ranchos e das festas regionalistas que o governo, em conjunto com tais associações, têm conseguido atrair um expressivo número de imigrantes e lusodescendentes que vêm a se “reconhecer” como portugueses.

A imagem de um “Portugal moderno e europeu”, simbolizado por novos investimentos no Brasil através de bancos, empresas de telecomunicações, redes de supermercados e indústrias (ou pela re-significação do “expansionismo imperial português”), entre outros, deparou-se com um reconhecimento do “ser português” ruralista, regionalista e tradicional.

Norbert Elias (s/d) chama a atenção para que se compreenda as relações humanas como processos que configuram as regras, em padrões de equilíbrio⁵, onde nenhum agente tem poder em si, pois este é relacional. O governo português depende da adesão dos imigrantes e lideranças associativas, tendo em vista, entre outros aspectos, a intensificação da troca de capitais. A interdependência é recíproca. O financiamento dos festejos, atividades culturais ou rodadas de negócios têm sido dinamizadas pelo governo, através do ICEP, do Instituto Camões e do Instituto Nacional do Folclore. Essas “lideranças”, por sua vez, também dependem da adesão dos imigrantes, sendo algo valorizado socialmente conquistar a probabilidade ou disposição para seguir a orientação de

⁵ A noção de equilíbrio, em Elias, não remete à idéia de que os agentes detenham as mesmas capacidades de poder, partilhadas entre si, mas a de que se estabelecem “padrões de equilíbrio” através da figuração de certa ordem de poder, não necessariamente igualitária. Encontrar esse padrão, analiticamente, é tarefa de elaboração sociológica.

tais “lideranças associativas”. A adesão de imigrantes torna-se capital simbólico para se reivindicar a legitimidade como “intermediário cultural”.

As disputas giram em torno de quem tem mais poder sobre a representação do mundo social, dinamizando as políticas, encadeadas a interesses distintos, numa luta constante pela manutenção ou alteração do modo pelo qual se “configura” o equilíbrio das forças.

A importância que Elias atribui aos valores, como motivadores para os homens, nos faz perguntar sobre quais os valores em jogo. Talvez o valor que mais interessa nessa configuração social e política seja o do prestígio, aqui qualificado de modo diferenciado: prestígio cultural e intelectual, para os membros do CC25A. O prestígio pelo sucesso no empreendimento da “aventura migratória”, seguido de honrarias, aos integrantes da Casa de Portugal. A busca pela “autenticidade” e por “reviver uma tradição” como sentido às práticas dos membros da Casa dos Açores, cuja gratificação está em despertar os imigrantes para a singularidade de ser regional, e português.

Em todos os casos, este prestígio tem de se manifestar em cargos e verbas. O que mobiliza esses grupos sociais, para além do fato de procurarem expressar uma “identidade”, é o reconhecimento social do trabalho que empreendem. Os recursos de poder que lançam mão visam este reconhecimento ou legitimidade, através da adesão, isto é, da probabilidade da ação da obediência, com conseqüências simbólicas, materiais e políticas: a conformação de uma leitura do mundo social, seguida, em muitos dos casos, da indicação para cargos políticos.

ABSTRACT: The text analyzes post-colonial tensions among Portuguese in São Paulo beginning with the disputes among associative leaderships that look for legitimacy among the Portuguese immigrants and the Portuguese government as cultural brokers in the promotion of the Portuguese presence in Brazil. In spite of the post-colonial Portuguese nation-state policies that seek to establish ties with the "dispersed Portuguese around the world" – policies that were intensified with financial investments in the Brazilian-Portuguese space – the government of Socialist Party claimed the Portuguese "community" from Brazil, particularly the associative leaderships, to promote the image of a modern and European Portugal. These policies also requires and effort of the community leaders to attract the immi-

grants to establish their bonds with their country of origin (or of lineage, for the Portuguese-descending ones). It is discussed, therefore, if the theme of the "invisibility", pointed for leaderships and government as impediment for a larger insert of such policies in the "community", would not also be a legitimacy dilemma. The text analyses the different initiatives of such immigrant leaderships. Such initiatives, that translate different manners of imagining the Portuguese national identity, find its manifestation in a privileged political arena: the production of memoirs.

KEYWORDS: migration, Portuguese, post-colonialism, nation-state, power, memoir

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CAETANO DA SILVA, Eduardo. A Dialética da Inclusão e da Exclusão: disputas políticas entre imigrantes portugueses em São Paulo. *Convergência Lusitana*, Rio de Janeiro, n.19, p. 120-134.
- ELIAS, Norbert. *O que é Sociologia*, Lisboa: Edições 70, s/d.
- FELDMAN-BIANCO, Bela. Multiple Layers of Time and Space: the construction of class, ethnicity and nationalism among portuguese immigrants In: GLICK-SCHILLER, N.; BASCH, L. & BLANC-SZANTON, C. (ed.) *Toward a Transnational Perspective on Migration: Race, Class, Ethnicity and Nationalism Reconsidered*. New York: Annals of the New York Academy of Sciences, vol.65, 1992, p.145-174.
- _____. Brazilians in Portugal, Portuguese in Brazil: construction of sameness and difference. *Identities: Global Studies in Culture and Power*, v. 8 (4), December, p. 607-650, 2001.
- KLIMT, Andrea. Enacting National Selves: authenticity, adventure and disaffection in the portuguese diaspora. In: *Identities: Global Studies in Culture and Power*, v 6 (4), p. 513-550, 2000.
- SANTOS, Gustavo Adolfo P.D. A Festa do Divino Espírito Santo entre os Açorianos de São Paulo. *Travessia*, São Paulo, n.26, maio/agosto, p.26-30, 1998.
- WEBER, Max. *Economia y Sociedad*. México: Fondo de Cultura Económica, vol.1, 1964.